

A ANTIGUIDADE TARDIA NAS DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DOS PERÍODOS DE *TRANSLATIO*.

Ronaldo Amaral¹

Resumo

Quando estamos diante de períodos que marcam a transição de uma época histórica a outra, como é o caso da Antiguidade Tardia, que ora nos ocupa, como defini-los, já que se considera que não possuem “entidade” temporal própria, uma vez que são tão somente e, tradicionalmente, considerados intervalos entre um período histórico e outro? Esta questão, e tantas outras que implicam esta análise, vêm acirrando as discussões entre muitos historiadores deste período de *translatio* entre a Antiguidade e a Medievalidade, os quais são, e necessariamente, muitas vezes, mais levados por suas épocas mesmas e por suas especialidades históricas, do que por uma abordagem precisamente objetiva, de fato, a nosso ver, impraticável, pois o historiador é tão presente no seu discurso histórico quanto suas próprias fontes, pois é, ele mesmo, mais do que um produtor historiográfico um agente infuso neste discurso.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia, Historiografia, Temporalidade.

A história tradicional

O período que sucede a denominada Antigüidade Clássica e precede a chamada Idade Média, já foi palco de discussões acirradas, sobretudo por autores levados mais por vontades e necessidades ideológicas de sua época, do que por questões de métodos e visões historiográficas propriamente ditas.

O fim do mundo antigo estivera sempre e intrinsecamente ligado à concepção da queda e do fim do Império Romano, isto porque, a história tradicional, particularmente aquela surgida no século XIX, vira na política, ou mais precisamente na história política, a razão por excelência do fenômeno histórico. Assim a política, com seus agentes e ideologias, seria o motor do próprio processo histórico, levando em seu bojo todos os demais aspectos da vida social e suas transformações. Daí a passagem da Antiguidade Clássica para a Idade Média seria vista e explicada por um fato eminentemente político, o fim do Império Romano, entendido, sobretudo como uma unidade político-administrativa, cuja data específica para seu findar se estabeleceu em 476, quando seria deposto o último Imperador do Ocidente, que na verdade pouca

¹ Doutor em história social pela UNESP-Assis, pós- doutorando pela FAPESP UNESP-Assis. Email ronaldumaral@hotmail.com

ressonância política possuía mesmo em sua época. O que nos parece ainda pior deixava-se de lado os mais variados aspectos da realidade social, os quais cobriam suas especificidades, mesmo no conjunto do político, deixando-se assim de precisar e sentir que o fenômeno histórico é sempre mais complexo e dissonante. E aqui prevaleceria a queda, o declínio, a decadência, sobretudo por aqueles que viam na Idade Média um período de obscurantismo, ou seja, o ponto de chegada e o desembocar desde estado decadente que acometeria o mundo antigo.

Mas, ainda que concordássemos com esta derrocada da instituição política romana, ela não poderia abarcar, nem muito menos significar, um aviltamento de todos os âmbitos da vida social e psicossocial humana. Mas assim foi feito, e uma de suas expressões mais contundentes parece ser Gibbon, (GIBBON, 1989) portador de um claro ideal iluminista. Marcado ainda pela égide do progresso, econômico e industrial, sobretudo, o século XIX, pautou suas questões por tais paradigmas, visualizando, desse modo, o “progresso” da Antigüidade como tendo sido “abortado” nos séculos de transição para a Idade Média, e suas razões, os preocupou sobremaneira (LE GOFF, 1984: 335).

Mas correntes posteriores deram cores novas a esta discussão, demonstrando que os fenômenos históricos e suas vicissitudes não poderiam ser visto de forma tão uníssona e positiva assim, e que, os diversos aspectos da vida humana (economia, cultura(s), sociedade, religião, entre outros), mais dissonantes que consoantes, deveriam ser analisados em suas estruturas e importâncias próprias, ainda que não desvinculados entre si. Deste modo, foi no seio da Escola dos Annales, e da posteriormente chamada Nova História, que se deu uma crítica mais contundente a historia tradicional e política, embora em relação a esta última, mas no sentido de reavaliá-la do que excluí-la. Propondo novos objetos, novas abordagens e novos problemas para a História, para parafrasear a coleção organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff, (LE GOFF; PIERRE NORA 1976; LE GOFF; PIERRE NORA, 1979; LE GOFF; PIERRE NORA, 1976) como a longa duração, ou um tempo que não se consideraria mais tão teleológico e linear a reger todas as coisas, e em relação a este ultimo aspecto, sua linearidade, ao menos no âmbito das sensibilidades, insistia-se agora em um tempo de tempos múltiplos e imbricados, que permitiu novas interpretações para o fim do mundo antigo.

Algumas discussões: Peter Brown e Jacques Le Goff.

Peter Brown no prefácio de seu livro *O Fim do Mundo Clássico* (BROWN, 1972) chamara a atenção recorrentemente, no que respeita ao último período do mundo antigo (200-700), para que observemos seu constante recurso entre as mudanças e as continuidades. Ver este período como uma melancólica história da “queda e fim do Império Romano” seria muito mais cômodo e simplista, em lugar de se perceber as novidades que começariam neste período. Porque a Europa torna-se cristã, o Oriente muçumano; porque surge uma nova arte, a abstrata, e uma nova literatura, são questões que ele se impõe e demonstram a complexidade e a pujança do período, visto por alguns, contudo, como simplesmente o fim, a decadência de uma época.

O estudo deste período é, sobretudo, segundo Brown, uma busca de ver e perceber como os homens desta época lidaram com a mudança, isto é, com um período dinâmico, que trazia novidades e engendrava nossas estruturas materiais e sociais, assim como, novas mentalidades, pois inaugura uma nova visão de mundo e do sagrado, que conduziria e estabeleceria novas maneiras de pensar e agir.²

As mudanças foram numerosas e complexas. Vão do social e do econômico, das modificações claras e melhor documentadas, às relações do homem consigo próprio e com seu próximo; com a religiosidade, suas atitudes e sensibilidades. E quanto a este último aspecto, importar-nos-á hoje, como tem importado aos historiadores mais recentes, as transformações das sensibilidades e das concepções religiosas, do sagrado e sua relação com o humano, menos públicas e menos claramente documentadas e analisáveis, mas igualmente decisivas para se entender este período.

Por sua vez, Jacques Le Goff, (LE GOFF, 2005:54) refletindo sobre os momentos históricos de transição, como o período que ora nos ocupa, onde se vêem sobretudo rupturas, passagens abruptas, prefere não considerá-los tão radicais assim.

² Ver sobretudo a primeira parte “A última revolução romana”, em que demonstra uma mudança cada vez mais significativa no campo do social, abrangendo a política, a literatura, as formas de pensar e de agir diante da sociedade e do outro. Explorará também, a nosso ver magnificamente, o homem deste período diante de sua nova religião, o cristianismo, e as mais diversas formas que este assumiu, e não só aclarando suas manifestações mais exteriores, como a Igreja cristã e sua estrutura, principalmente em relação com o Estado, mas também como esta nova religião suscitou movimentos e formas de ser e sentir bem mais múltiplas e heterogêneas, aquelas que diziam respeito mais ao homem interior e privado, mas sempre sensível de ser investigado por sua relação com o outro, por exemplo, com uma comunidade afim, como a monástica.

Deste modo, não só no período considerado Antigüidade Tardia pode o medievalista encontrar traços da antigüidade, mas mesmo posteriormente a este. Por outro lado, traços da medievalidade, já se encontram no denominado período Antigüidade Tardia. Assim, se este período já não é “Antigo”, pois não compreende mais a “Antigüidade Clássica”, também não é medieval. Por outro lado os que o vêem como “baixo”, “decadente”, porque olham a partir da Antigüidade, reconhecendo-a como a “idade de ouro”, podem vê-lo igualmente como “ascendente”, “primeiro”, “alto” se voltarem seus olhares a partir de medievalidade que o sucede.

O professor Le Goff prefere assim a dupla continuidade/virada em detrimento de ruptura. Temos talvez, a respeito deste período, mais uma evolução de muitas de suas estruturas sociais e mentais, em intensidades e temporalidades diferentes, do que uma mudança total e assaz, pois as mudanças (econômicas, políticas, sociais, religiosas), nem sempre, ou quase nunca, são simultâneas. Quando estas acontecem simultaneamente, poderíamos falar de uma troca de períodos, mas como isto é improvável, e mesmo impraticável, pois as estruturas sociais, por mais que se transformem mais ou menos concomitantemente, evoluem primeiro que as estruturas mentais, teríamos que continuar afirmando que não há ruptura radical entre uma época e outra, ou mesmo uma mudança de período a curto prazo, menos ainda a curtíssimo prazo, não podendo vermos, por exemplo, a data de 476, como o fim da Antigüidade e início da Medievalidade. A Antigüidade Tardia, termo aceito e empregado por Le Goff, deve ser vista assim, como um período específico,³ (LE GOFF, 2005: 55) em que se está, dependendo do ponto de vista, de quem olha da Antigüidade ou da Medievalidade, em ambos os períodos e ao mesmo tempo em nenhum deles efetivamente.

Um exemplo disto vemos personificado no bispo hispânico Isidoro de Sevilha. Isidoro, uma personalidade que permeou quase todo o século VI, encerra em sua pessoa, e decorrência disto, em seus escritos e pensamentos, este encontro da Antigüidade, ainda viva, com a medievalidade, nascente. Se por um lado, o bispo de Sevilha pode ser considerado o mais importante teórico da Igreja cristã da Hispânia de sua época, e muitas de suas obras trazerem em si um grande esforço de “cristianizar” os “paganismos” de muitos textos clássicos servíveis a causa cristã, como já havia feito, por exemplo, Agostinho e Jerônimo, Isidoro não deixará de compilar, comentar e louvar

³ A obra já clássica de Marrou também chama a atenção para que vejamos este período, não por meio de valorações de outras épocas, mas em sua especificidade própria, as quais ele bem apresenta. MARROU, Henri Irénée. *Decadência Romana ou Antigüidade Tardia?* Lisboa, Áster, 1979

a cultura clássica por si mesma, a ponto de uma de suas principais obras, as Etimologias, ser considerada um dos mais importantes “salvos condutos” da cultura clássica para a cristandade, (AMARAL, 2006) e isto, no avançado século VI, no pórtico de entrada da Idade Média propriamente dita.

Contudo, este período de *translatio*, pelo fato só de ser nominado, vem por extensão, e inevitavelmente, a ser valorado e particularizado, por estes ou aqueles especialistas de uma determinada temporalidade histórica, neste caso, o antiquista e o medievalista. Deste modo, aqueles que acreditam e defendem ainda a idéia de crise e decadência do Império Romano, e por conseqüência uma visão não muito otimista do período medieval, tenderam a rotulá-lo como “Baixo Império”, pois, neste contexto, “baixo” é logicamente denotativo de decadente, de decrepitude, de algo que foi “alto” “forte”, “pujante”. Como acrescenta Le Goff, esta própria terminologia “alta” “baixa” é caracteristicamente medieval. Interessante notar aqui que, mesmo para aqueles que não olham o período medieval com olhos tão benignos e entusiastas, necessariamente o tem em si, a ponto de, mesmo inconscientemente, lançar mão de concepções e visões do mundo que lhe fora próprio.

A Primeira Idade Média.

Buscando não me estender mais nas discussões quanto às nomações e conceituações já assentes referentes a este período, suscitadas e esboçadas neste trabalho mais acima, quero me referir aqui a proposta, há alguns anos oferecida, por Hilário Franco Junior (Franco Junior, 2005:15) de rever, mais do que o termo, o conceito de Antiguidade Tardia, a ponto de este historiador oferecer uma nova terminologia “Primeira Idade Média”.

Para Franco Junior, parece claro que o termo “Antiguidade Tardia” deve ser superado. Insiste que temos nesta época (sua cronologia oferecida e justificada vai dos séculos IV a VIII) traços característicos e essencialmente medievais, e em seus mais variados âmbitos da vida social, como nos costumes; no vestuário; na escrita (o *codex* tomando o lugar do *volumen*); na religiosidade, agora centrada no além e na salvação, diferindo já dos credos e das necessidades religiosas da época clássica; na clericalização do saber e do ensino; e mesmo na institucionalização de uma religião única, com uma liturgia e um corpus canônico bem articulado, etc. (FRANCO JÚNIOR, 2005: 27). Contudo admite o autor em questão, aquilo que já observávamos linhas acima, por meio

da pena de Le Goff, que um período de transição tem estruturas que “evoluem” em temporalidades mais ou menos intensas e céleres, podendo, por meio da escolha de um aspecto da vida social (educação, religião, economia, hábitos) avançar ou permanecer com mais ou menos rapidez em relação aos outros. Significativo disto é o caso de Pierre Riché que estende a Antigüidade até o século XI, por ver aí, traços da educação ainda caracteristicamente antigos. Neste sentido, Hilário bem observa, que discussões desta envergadura se alçam sobre a simples terminologia e implicam uma adoção e defesa de caráter historiográfico e conceitual.

Em entrevista oferecida a Ruy de Oliveira Andrade Filho, (Franco Junior, 2005: 233-242) em um livro organizado por este, Franco Junior virá a detalhar um pouco mais esta sua proposta e justificar sua “Primeira Idade Média” em detrimento de “Antigüidade Tardia”. E embora se esquivasse, de forma louvável a nosso ver – pois toda postura demasiada incisiva e indiscutida é débil, mesmo para um intelectual de sua tessitura – de qualquer perspectiva de postura partidária aos medievalistas, ou seja, de requerer com o termo “Primeira Idade Média” este período para os seus, assim como o fizeram, segundo este mesmo autor, os antiquistas criadores do termo Antigüidade Tardia, (FRANCO JÚNIOR, 2005: 233-234) não deixará, a nosso ver, e necessariamente, de avançar o “muro” abarcando este período para o terreno da Idade Média. Como o professor Hilário pertinentemente afirmou, uma postura de adoção terminológica é mais do que isso, é conceitual e historiográfica, portanto, ideológica para o historiador professo desta ou daquela época.

Assim e ainda que afirmara que “[...] todos os rótulos de fenômenos e períodos são extremamente contestáveis [...]” e “[...] obviamente são produtos históricos como produtos historiográficos [...]” (FRANCO JÚNIOR, 2005: 233) Hilário, como não poderia deixar de ser, reafirma sua “Primeira Idade Média”, produto que é, seu, e de seu momento histórico. Atenta-se, ademais, neste diálogo, por parte sobretudo do professor Hilário, que muitas vezes a discussão, não ainda a respeito de “Primeira Idade Média”, mas em relação aos termos “Antigüidade Tardia” ou “Alta Idade Média” é sobremaneira uma discussão do território do especialista. Antigüidade Tardia é assim um território de múltiplas definições e pontos de vistas, e não só entre antiquistas e medievalistas, mas entre os da mesma especialidade cronológica.

Para os antiquistas, é seu período mais posterior, prestes a expirar, mas ainda não extinto. Contudo, para os que vêm na Antigüidade Clássica a “época de ouro”, é o

fim do mundo antigo, o encerramento do que havia de mais louvável. Por outro lado, para os que adotam a postura não da ruptura e da decadência, e sim da continuidade e transformação, é um período onde a Antigüidade, sem deixar de sê-la, assume novas feições, se transforma.

Quanto muitos medievalistas, é o período inicial, o pórtico de entrada para sua época, por isso é alta, Alta Idade Média, mais cujo termo é, contudo, tão pejorativo como o fora o de “Baixo Império”. Para outros, ou mais precisamente, o professor Hilário, é a Primeira Idade Média, pois possuiria traços muito característicos e próprios para ser abarcada, como o fazem alguns, por uma mesma terminologia, Alta Idade Média, que se estenderia até os avançados meados do século XI.

Mas Franco Junior, nos parece, salvo algumas ressalvas, necessárias, aliás, ao caráter de avaliação que quisera dar a suas considerações a respeito dos termos e conceitos que até então se pretendiam consagrados, será mais ou menos categórico em sua entrevista: a Antigüidade Tardia deverá ser preterida à Primeira Idade Média, pois se acerca por suas múltiplas características mais a segunda época que a primeira. E novamente as elenca - Fraqueza do Estado, enrijecimento da hierarquia social, progresso do cristianismo, miscigenação étnica e cultural entre bárbaros e romanos, a substituição do direito de territorialidade para o das personalidades das leis, mudanças lingüísticas e do uso e formas do latim, retrocesso da vida e economia urbanas, mudança no quadro geográfico voltando-se cada vez mais para o para o norte, entre outros, e por fim, finaliza: “[...] Quanto ao rótulo Primeira Idade Média e não Antigüidade Tardia, simplesmente porque, como acabei de dizer não é mais Antigüidade [...]” (FRANCO JÚNIOR, 2005: 236).

Referências Bibliográficas

AMARAL, Ronaldo. Saber e educação na Antigüidade Tardia: Os Padres monásticos e eclesiásticos diante da cultura greco-romana. *Mirabilia*. Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval. v. 6, artigo 1, 2006

BROWN. Peter. *O fim do mundo clássico*. Lisboa: verbo, 1972

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média*. Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FRANCO Junior, Hilário. Por uma outra Alta Idade Média. In: *Relações de Poder, educação e Cultura na Antiguidade e Idade Média*, ANDRADE FILHO, Ruy de O. (org). Santana do Parnaíba: Solis, 2005.

FRANCO JUNIOR, Hilário. Antigüidade Tardia ou Primeira Idade Média. In: *Relações de Poder, educação e Cultura na Antiguidade e Idade Média*, ANDRADE FILHO, Ruy de O. (org). Santana do Parnaíba: Solis, 2005, p. 233 a 242.

GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, J. "Decadência e progresso/reação". In: ROMANO, R. (org.). *Enciclopédia Einaudi; memória/história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p.335

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARROU, Henri Irénée. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa, Áster, 1979